



**REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE COORDENAÇÃO  
DO  
PROGRAMA DE ACÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO**  
Biblioteca Trindade Coelho, Mogadouro, em 18 de Março de 2011

**RELATÓRIO**

- Presenças: descritas na folha de Presenças (Anexo I)
- Aprovada na íntegra a Agenda previamente distribuída com a convocatória, com a inclusão de dois pontos prévios, igualmente aprovados
- Conclusões e decisões resultantes da discussão dos pontos da Agenda e pontos prévios propostos:

**0 – Pontos prévios**

- Aprovação da ata da reunião da CNCCD, realizada a 19 de Janeiro em Idanha-a-Nova;
- Aprovação das conclusões do Seminário Ibérico realizado a 20 e 21 de Janeiro em Idanha-a-Nova, sobre “ Combate à desertificação, abandono rural e despovoamento – Intervenções raianas”.

**I - Informações sobre Processos em Desenvolvimento no âmbito da CNUCD**

**1 - Reuniões de preparação da Conferência das Partes que vai ter lugar este ano**

2ª Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia

A representante da comunidade científica nacional nesta reunião, Profª Maria José Roxo, apresentou uma síntese dos principais pontos abordados nesta reunião, destacando a sua importância para sintonizar os participantes com as metodologias para avaliar a implementação dos objectivos estratégicos da Convenção com base no alargamento do número de indicadores que foram apresentados, passando de 11 a 20. A discussão centrou-se na possibilidade de chegar a esses indicadores tendo em conta a diferente situação dos países, designadamente quanto à informação disponível e ao trabalho já desenvolvido no apuramento dos indicadores anteriormente definidos.

Embora apenas dois indicadores sejam obrigatórios (índice de pobreza e evolução da cobertura do solo), Portugal manifestou a disponibilidade para alargar aos 22 indicadores o exercício que vem fazendo com base nos 11 indicadores iniciais.

Foi defendida pelo Secretariado da Convenção a ideia de que esta se deveria constituir como autoridade internacional em matéria de desertificação, degradação do solo e seca, constituindo um Painel Científico de apoio aos trabalhos da Convenção, concluindo-se pela necessidade de aprofundar a reflexão sobre este assunto.

A participação, a convite da delegação Brasileira, num evento sobre “Declaração de Fortaleza – um apelo para a Acção nas regiões semiáridas constituiu uma oportunidade para evidenciar o



papel muito importante que Portugal pode desempenhar em relação aos Países da CPLP nestas matérias.

Relativamente à preparação da próxima reunião da CST considerou-se fundamental assegurar a participação nacional eventualmente mais alargada, tendo em conta o contributo que a mesma pode ter para dinamizar a intervenção da comunidade científica nacional na concretização das estratégias e objectivos da Convenção.

Foi sublinhado o importante trabalho que Portugal tem vindo a desenvolver no âmbito da Convenção designadamente através da participação do seu ponto focal nas diferentes reuniões da mesma.

#### CRIC 9 – 9.ª Reunião da Comissão de Revisão Interseccional da Convenção

O ponto focal da Convenção, Eng<sup>o</sup> Lúcio do Rosário informou que Espanha propôs fazer o exercício de desenvolvimento dos indicadores em conjunto com Portugal para a determinação dos indicadores para os dois países, o que poderá dar sequência à iniciativa conjunta do Seminário Ibérico, tendo ficado acordado a realização de uma reunião entre as duas partes para delinear o trabalho a desenvolver

Quanto ao principal ponto da reunião do CRIC 9, avaliação global dos resultados dos relatórios nacionais dos países afectados e dos países doadores, informou que tinham sido apresentados 89 relatórios por países afectados, 12 por países doadores, 11 por organizações da sociedade civil, bem como pelo GEF e pelo Mecanismo Mundial. Depois da data limite para tal, foram ainda apresentados mais 30 relatórios, os quais não foram tidos em conta na análise preliminar apresentada no CRIC

Portugal apresentou relatório como país afectado e não como doador, matéria que terá que ser tratada com o MNE/IPAD no quadro da preparação do Programa Nacional. Foi um dos 5 países do Anexo IV que apresentou o relatório como parte afectada dos 11 que seria expectável.

Entre os países afectados, só dois é que informaram já terem feito o alinhamento dos seus Programas com a estratégia decenal, Portugal fá-lo-á em 2011 dentro do período previsto para o Norte Mediterrâneo, sendo para os outros casos 2012/13.

## **2 – Apresentação da proposta draft do novo Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (2011/2020) e de desenvolvimentos seguintes**

O processo relativo ao Programa de Ação Nacional (PAN), com um horizonte de 2020, tem como referencial a sua possível aprovação em Conselho de Ministros em 17 de Junho, Dia Mundial da Desertificação.

Até final de Março deverá ser entregue no Gabinete do SEFDR a primeira versão da proposta de PANCD, estando agendada para 23 e 24 de Março uma reunião do Grupo Relator para finalização da mesma

O PAN englobará a definição dos objectivos estratégicos e dos objectivos específicos que depois serão desenvolvidos nos programas regionais com as respectivas ações.

Será necessário realizar a avaliação ambiental estratégica do PAN, o qual envolve a identificação das factores críticos de decisão e a consulta às entidades ambientais relevantes (APA, Membros institucionais da CNCCD, CCDRs e ARHs)



A Comissão Regional do Alentejo disponibilizou-se para liderar realização do relatório da avaliação ambiental, tendo ficado acordado que o respectivo Grupo de trabalho teria a seguinte constituição: Arq José Faustino, DR<sup>a</sup> Lilia Fidalgo, e Eng<sup>a</sup> Ana Amado. No princípio da próxima semana reunirão para lançamento do processo.

Em Maio será feita a consulta pública para que o que for aprovado pelo CM já reflita os contributos da consulta.

A aprovação dos programas regionais está prevista para 17 junho de 2012.

Foi apresentado pela Prof<sup>a</sup> Maria José Roxo as funções da Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia para esclarecimento dos representantes da Comissão Regional do Norte da área científica (UTAD e IPB) e dinamização da sua participação na mesma.

## II - Bases para o desenvolvimento de um Programa de Ação de Combate à Desertificação para a Região Norte

### **3 - Objectivos e indicadores estratégicos nacionais propostos no âmbito da Estratégia Decenal 2008 / 2018 da convenção**

Os objectivos estratégicos e indicadores nacionais são os que estão assumidos na proposta do PANCD em desenvolvimento.

### **4 - Quadro regional de indicadores de susceptibilidade e afectação por desertificação**

Apresentado e informado que vai ser distribuído o documento / carta, produzido no contexto Desertwatch Extensão pela Estação de Zonas Áridas de Almeria, com a identificação das áreas **afectadas** (período 2000 / 2010), que deverá ser avaliado pelas Comissões regionais de Combate à Desertificação e que deverá servir de apoio à definição de áreas prioritárias de intervenção. Este documento nesta fase é classificado de confidencial, tendo em conta que ainda não foi validado (Anexo II, com texto e figuras).

A Dr.<sup>a</sup> Ana Amado considerou que as Áreas Protegidas deverão ser um factor relevante para priorizar, embora não seja consensual uma vez que o território tem que ser avaliado no seu conjunto.

Vai também ser distribuída a nova carta de índice de aridez dos últimos 10 anos, que poderá ser utilizada como instrumento de trabalho, além de outra informação disponível que poderá ser utilizada (Anexo III).

### **5 – Propostas de intervenção decorrentes dos Instrumentos de Gestão do Território aplicáveis**

Os instrumentos que estão identificados na ordem de trabalhos são em princípio exaustivos mas irão ser identificados outros se relevantes

### **6 – Composição, estruturas e representantes da Comissão Regional de Combate à Desertificação da Região Norte**

Foram enviados ofícios convite às seguintes entidades: ICNB, DRAPN, ARH do Norte, ANM, IPB, UTAD, FORESTIS (tem 20 associadas na região), CCDR, e algumas associações com representatividade, Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino e também Associação Micológica a Pantorra.



Foi sugerido acrescentar outras associações: Palombar, Associação dos Apicultores do Parque nacional do Douro Internacional, Erva Prata, Arbórea, AOTAD (Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro), Associação de Transumância e Natureza, e as ADL, CORANE e Douro Superior, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e a Faculdade de Geografia do Porto, devendo ainda ser incluídas outras associações agrícolas. No entanto foi recomendado, à luz da experiência das outras regiões, que a seleção seja feita em função das questões chave identificadas para o programa regional, a fim de permitir uma maior eficácia na sua participação.

### III - Propostas para um Programa de Ação de Combate à Desertificação para a Região Norte

#### **7 – Aproximações metodológicas e propostas estratégicas desenvolvidas no quadro nacional**

A metodologia proposta para desenvolvimento do programa regional Norte é a já apresentada para outras regiões, devendo estar preparados até final de 2011, para posteriormente ser submetido a avaliação ambiental estratégica e tendo como objectivo permitir a sua aprovação até 17 de Junho de 2012.

#### **Ponto 8 – Apresentação, discussão e adopção de referenciais para propostas operacionais para objectivos específicos (e prioritários) para as áreas susceptíveis / afectadas da Região Norte**

Decidido que estas questões serão o tema da primeira reunião da Comissão Regional do Norte

#### **9 – Quadro programático e de responsabilidades de desenvolvimentos seguintes**

Ficou acordado que o ponto focal da Convenção irá participar na primeira reunião da Comissão Regional, no dia 11 de Abril, em Mogadouro, na Casa das Artes, às 10.00h com a seguinte ordem de trabalho:

- Apreciação dos indicadores propostos a nível nacional e regional;
- Desenvolvimento das propostas das linhas de intervenção para a Região Norte.

Relatora, a Eng.<sup>a</sup> Teresa Avelar, do MADRP / GPP.